

COM MEDIAÇÃO DO CNJ, AVANÇA ACORDO HISTÓRICO SOBRE O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO



Na última semana, representantes do poder público e das empresas que respondem pelo desastre socioambiental de Mariana (MG), com a mediação do Conselho Nacional de Justiça, sentaram-se à mesa para discutir acordo histórico. *"Esse acordo, se chegar a ser celebrado, tem potencial para ser o maior acordo ambiental do planeta, envolvendo mais de R\$ 100 bilhões. É certamente uma cifra muito vultosa que pode transformar a realidade daquela região do Vale do Rio Doce"*, destacou o conselheiro do CNJ Luiz Fernando Bandeira de Mello.

Participaram da negociação nove entes do poder público, sendo três integrantes da União e do governo de Minas Gerais e do Espírito Santo, três dos ministérios públicos das esferas correspondentes e a mesma tríade das defensorias públicas. Pelo setor privado, integram a mesa representantes de três empresas: Samarco Mineração, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil.

Com a reabertura do diálogo, pretende-se repactuar o acordo celebrado ainda em 2015, logo após a tragédia do rompimento da barragem do Fundão em novembro daquele ano.

O documento anterior previa que, com a criação da Fundação Renova, custeada pelas empresas responsáveis pela barragem, todas as pessoas vítimas da tragédia seriam indenizadas. Também ficou sob responsabilidade da fundação a reparação pelos efeitos ambientais gerados pelos 40 milhões de metros cúbicos de lama que chegaram ao Rio Doce e que foram carregados pelo rio até o Oceano Atlântico, no litoral do Espírito Santo.

Porém, o acordo não tem sido devidamente cumprido, como esclarece o conselheiro. *"Infelizmente, passados sete anos, o que se vê é que as pessoas ainda não foram indenizadas, a reparação ambiental ainda não foi feita, de modo que vamos fazer agora uma repactuação, um novo acordo para substituir aquele celebrado em 2015"*, afirmou.

Atendimento aos atingidos

Bandeira de Mello explica que a prioridade do acordo continua sendo o atendimento aos atingidos, ou seja, as pessoas que ficaram desabrigadas, perderam familiares e aqueles que ficaram sem o seu meio subsistência, a exemplo dos indígenas e dos pescadores de camarão do Espírito Santo.

Como a lama não poderá ser totalmente removida de determinadas localidades, a total reparação ambiental da tragédia não é possível. Por isso, é necessária a contrapartida das empresas, com investimento em políticas públicas de saneamento básico e de saúde, por exemplo. *"O objetivo principal é melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem naquela região"*, afirmou o conselheiro.

Novas reuniões, no Palácio do Planalto e no CNJ, estão previstas para acontecer dentro de um mês.

Foto: Divulgação

<http://jornalpanfletus.com.br/noticia/4147/com-mediacao-do-cnj-avanca-acordo-historico-sobre-o-rompimento-da-barragem-de-fundao-em-29/06/2026-09:41>